

ESTACIONAMENTO DSAT ANUNCIA 4500 NOVOS LUGARES ATÉ AO FIM DO ANO

Abaixo a reacção

Antes que a reacção popular se extrema, a DSAT revelou que até ao final do ano vêm aí mais 4.500 lugares de estacionamento públicos em seis novos parques

O número de lugares de estacionamento vai aumentar até ao final do ano. A garantia foi dada na sexta-feira pelo director da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), Lam Hin San, numa conferência de imprensa destinada a acalmar os ânimos relativamente à revisão da Lei do Trânsito Rodoviário, cuja consulta pública arranca no próximo dia 28.

Num comunicado, com informações complementares, divulgado posteriormente, a DSAT especifica que seis novos parques vão proporcionar um total de 4539 lugares: 2183 para automóveis ligeiros e 2356 para motociclos.

Actualmente, segundo estatísticas oficiais, os 45

auto-silos oferecem 15143 lugares para automóveis ligeiros e 11776 para ciclomoteres e motociclos. Já nos edifícios privados existem mais de 120 mil lugares de estacionamento, de acordo com a DSAT que adiantou ainda estar a estudar “a construção de auto-silos automáticos em locais adequados”, mas sem facultar detalhes.

Os dados surgem na sequência de uma conferência de imprensa relativa à consulta pública sobre a alteração à Lei do Trânsito Rodoviário convocada pela DSAT com sensivelmente uma hora e meia de antecedência. O objectivo? Esclarecer que está tudo em aberto relativamente às

principais alterações à Lei do Trânsito Rodoviário que vão ser colocadas sob consulta pública, tal como anunciado três dias antes.

A MOROSIDADE DO COSTUME
“Vimos a reacção” da população, pelo que “queremos esclarecer a nossa intenção”, afirmou Lam Hin San, falando em eventuais mal-entendidos. “O que pretendemos é ouvir as opiniões”, sustentou, indicando que o documento

“O que pretendemos é ouvir as opiniões.”

DIRECTOR DA DSAT

é “apenas uma referência”, estando em cima da mesa somente propostas.

Em paralelo, Lam Hin San recordou que o processo é “moroso”, dando o exemplo do novo regime dos táxis, que chegou recentemente à Assembleia Legislativa, ou seja, quatro anos depois da consulta pública. “Tenho que reiterar que o que pretendemos [com a revisão] é assegurar a ordem e segurança rodoviárias”, insistiu o director da DSAT.

A revisão da Lei do Trânsito Rodoviário cobre sete vertentes, prevendo, entre outros, a criação de um sistema de cartas de condução por pontos à luz do qual os condutores podem perder

a licença para conduzir caso cometam uma série de infracções, bem como um agravamento das multas nomeadamente no caso de estacionamento ilegal.

Neste âmbito, o director da DSAT puxou dos números para traçar o panorama actual. Entre Janeiro e Maio, foram removidos cerca de 700 motociclos deixados ao abandono na via pública, ou seja, mais 30 por cento

em termos anuais homólogos, indicou Lam Hin San, apontando que só não foram retirados mais “devido à escassez de recursos humanos”. A PSP reforçou a ideia, dando conta de que, em 2017, foram cobradas mais de 800 mil multas por infracções por estacionamento ilegal, das quais 500 mil na via pública. ◀

Diana do Mar

dianadomar@hojemacau.com.mo

PEREIRA COUTINHO ESPERA 10 MIL EM PROTESTO

“Acabem com as multas exageradas” é o slogan da manifestação convocada pelo deputado Pereira Coutinho em reacção à proposta de alteração à Lei do Trânsito Rodoviário, que vai ser submetida a consulta pública no próximo dia 28. “Queremos 10 mil”, afirmou o deputado ao HM, quando questionado sobre as expectativas em relação à adesão do protesto. “Não é pela via de aplicação de multas exageradas que se consegue resolver o problema do estacionamento e do tráfego. As pessoas muitas vezes estacionam [ilegalmente] porque não há alternativa. Agora, o Governo devia dar o exemplo, porque as [suas] viaturas estão a ocupar espaços públicos, quer nos silos, quer na via pública”, argumentou o deputado. O protesto tem concentração marcada para as 14h do próximo Sábado no Jardim Vasco da Gama.



CANÍDROMO IACM ANALISA NOVO PLANO

O Canidromo submeteu na sexta-feira um novo plano sobre o destino a dar aos galgos após o encerramento da pista de corridas dentro de pouco mais de um mês. A informação foi confirmada ao HM pelo Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) que indicou estar “a analisar” o novo plano entregue pela Companhia de Corridas de Galgos (“Yat Yuen”), após ter chumbado o primeiro, submetido na semana anterior. Isto porque a empresa, que integra o universo da Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), pedia uma extensão do prazo de funcionamento do espaço por mais um ano.

De acordo com o Jornal do Cidadão, Angela Leong, directora-executiva da

empresa, admitiu que o novo plano não difere muito daquele que já foi rejeitado, mas que propõe mais um ano de prazo para que os donos dos galgos se possam preparar. “Se os galgos puderem ser adoptados dentro de um mês poderemos sair no prazo de um mês”, disse a também deputada. A empresária referiu que há vários espaços que poderão servir de casa aos galgos, mas considerou que o mais importante é que haja pessoas para os adoptar. Stanley Lei, também director-executivo do Canidromo, referiu que o novo plano estará disponível para consulta do público mal haja uma resposta da parte do Governo, prevendo que tal possa acontecer no início da próxima semana. ◀ D.M./V.N.

LAI CHI VUN ALEXIS PROMETE OUVIR OPINIÕES

O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura de Macau anunciou que vai continuar a ouvir opiniões sobre a conservação dos estaleiros navais de Lai Chi Vun, depois de o Conselho de Património Cultural se ter manifestado contra.

De acordo com um comunicado, Alexis Tam disse que “vai continuar a ouvir opiniões de mais peritos” e que o “relatório final da consulta pública será conhecido na próxima semana”.

O anúncio surge dois dias depois do conselho do Património Cultural de Macau manifestar-se publicamente

contra a classificação dos estaleiros navais de Lai Chi Vun. A posição foi dada a conhecer na quarta-feira pela presidente do Instituto Cultural (IC), Mok Ian Ian.

O secretário referiu que os “residentes desconhecem a diferença entre a classificação e o aproveitamento dos estaleiros navais, pelo que vai convidar especialistas e académicos a pronunciarem-se sobre o tema”.

As opiniões recolhidas pelo IC durante a consulta pública indicam que 80% mostrou-se a favor da classificação do local

e 90% a favor da revitalização, segundo o mesmo responsável.

“A classificação dos estaleiros navais implicará a conservação da aparência original dos mesmos, o que poderia impedir outras formas de revitalização”, concluiu.

Restam actualmente apenas 12 estaleiros em Lai Chi Vun — de onde o último barco saiu há mais de uma década —, depois de dois terem sido demolidos, em Março do ano passado, por “razões de segurança”, e de um outro ter sido arrasado, em agosto, pela passagem do tufão Hato, o mais forte em mais de meio século. ◀